

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso IN COMPANY, com o tema “Combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”, no dia 27/05/2024, na modalidade presencial, com disponibilidade de 90 vagas, e carga horária de duas horas e trinta minutos, destinado aos magistrados, servidores e terceirizados do TRT5. Em caso de sobra de vagas, abre-se inscrição para demais interessados.

O curso será realizado pela advogada Maíra Santana Vida, CPF 022.667.245-09, com valor total de R\$ 1.297,62 (mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos).

  
BRUNO  
MOTTA  
DE  
ANDRADE  
23/05/2024 11:09

  
TARCÍSIO  
JOSE  
FILGUEIRAS  
DOS REIS  
23/05/2024 15:00

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- 1 – Documento de Formalização da Demanda (Doc. 02);
- 2 – Termo de Referência (Doc. 03) elaborado pela Escola Judicial, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21;
- 3 – Proposta da empresa (Doc. 10);
- 4 – Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência que comprovam a razoabilidade/justificativa do preço: *“No presente caso, o valor constante da proposta orçamentária em anexo, visa a remunerar a profissional pela sua participação de duas e meia horas-aula, traslados na cidade de Salvador, além da cobertura das despesas com impostos e taxas governamentais, estando o valor de cada hora-aula dentro dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino contratados por este Regional com titulação de Graduação (Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428/2014). Dessa forma, cabe ressaltar que se torna externamente vantajoso a contratação de profissional com a qualificação informada pelo valor cobrado.”*;
- 5 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão (Doc. 15);
- 6 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação (Doc. 17);
- 7 - Disponibilidade Orçamentária (Doc. 19);
- 8 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21 (Doc. 16).

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso “in company” todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1 /2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/in company, organizadas em tópicos, abaixo transcritos:

**DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021**

- a) **INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO** - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso in company”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.
- b) **SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO** - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;
- c) **DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO** - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);
- d) **O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO**;
- e) **O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.**

## DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

- a) **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA** – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;
- b) **TERMO DE REFERÊNCIA** - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;
- c) **ESTIMATIVA DA DESPESA** – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;
- d) **PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – conforme informação da unidade competente;
- e) **COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA** - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação
- f) **DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO** – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

*Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 23/05/2024

BRUNO MOTTA DE ANDRADE  
Coordenadoria Executiva  
Diretoria-Geral

Trata-se de processo administrativo para a contratação de palestra IN COMPANY, com o tema “Combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”, no dia 27/05/2024, na modalidade presencial, com disponibilidade de 90 vagas e carga horária de duas horas e trinta minutos, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, **declaro inexigível a licitação de acordo com o art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21:**

| CONTRATADA                               | Valor Total  |
|------------------------------------------|--------------|
| Maíra Santana Vida<br>CPF 022.667.245-09 | R\$ 1.297,62 |

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.

Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 23/05/2024

Tarcísio Filgueiras  
Diretor-Geral





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

CLAUDIA  
VALERIA  
MOES  
GALVAO  
15/05/2024 13:39

**TERMO DE REFERÊNCIA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO**  
**LEI Nº 14.133/2021**

**1. OBJETO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alíneas “a” e “c”)

**1.1** Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

|                              |                                                                               |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Nome do evento:              | SEMINÁRIO COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES |
| Unidade Promotora do evento: | Escola Judicial do TRT5                                                       |
| Contratado(a):               | MAÍRA SANTANA VIDA                                                            |
| Unidade demandante:          | Escola Judicial do TRT5                                                       |
| CATSER                       | 20656 – Seminário/Palestra                                                    |
| ITEM DE EXECUÇÃO             | 151062024000269                                                               |

**2. PÚBLICO ALVO**

Magistrados, servidores e Terceirizados do TRT5; rede de proteção de crianças e adolescentes.

**3. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL**

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

( X )Sim ( ) Não ( ) A unidade não possui Plano de Capacitação

**4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

Compõe iniciativa do programa de combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem aproximar vínculos da Justiça do Trabalho com a rede de proteção de crianças e adolescentes, fortalecendo a proteção contra violências, incluindo o abuso e exploração sexual infantil, esta última considerada uma das piores formas de trabalho infantil.

Considerando que dia 18 de Maio representa o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e o mês de Maio é dedicado a chamar atenção da sociedade e instituições de que é necessário e urgente garantir a todas as crianças e adolescentes o direito ao seu desenvolvimento pleno, seguro, protegido e livre do abuso e da exploração sexual.

As violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes envolvem vários fatores de risco e vulnerabilidade e são atravessadas por marcadores sociais, especialmente relações de gênero, raça e etnia, orientação sexual, classe social, local de moradia (rural ou urbana), condições econômicas e fatores geracionais.

O desrespeito a direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes e a desumanização das infâncias e das adolescências amplia a vulnerabilidade a tais formas de violência.

É urgente que a Justiça do Trabalho amplie esforços ao combate dessas violências e qualifique servidoras/es e magistradas/os e a sociedade sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Alinhamento: o conjunto de atividades formativas desta atividade está alinhado às diretrizes previstas nos eixos/subeixos teórico-práticos de competências gerais/específicas da Resolução da ENAMAT nº 35, de 06 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

Eixo(s): Direito e Sociedade

Subeixo(s): Sustentabilidade, Direito do Trabalho e Direitos Humanos Fundamentais

Competências: Adotar condutas para promoção de um meio ambiente sustentável que concretize a agenda dos Direitos Humanos.

Descrições e dimensões:

1. Garantir a observância das normas jurídicas inerentes à erradicação do trabalho forçado e de toda forma de trabalho análogo ao de escravo, das modalidades de tráfico de pessoas, de todas as espécies de trabalho infantil, das formas diretas e indiretas de discriminação no trabalho e das condutas antissindicaais, entre outras condutas atentatórias aos direitos humanos fundamentais do trabalhador.
2. Proteger e difundir as bases constitucionais e internacionais que sedimentam todos os direitos trabalhistas voltados ao trabalho digno, decente, seguro e protegido.
3. Identificar o desenvolvimento sustentável pluridimensional da Agenda 2030 da ONU como projeto civilizatório de dimensões ambiental, econômica, social e político-institucional, que deve orientar políticas e ações inclusive dentro do Poder Judiciário.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

**5.1 Modalidade:** (X) Presencial ( ) Telepresencial (ao vivo) ( ) À distância

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

|                                               |                               |
|-----------------------------------------------|-------------------------------|
| Tipo de evento                                | SEMINÁRIO                     |
| Plataforma para acesso (quando couber)        |                               |
| Docentes                                      | MAÍRA SANTANA VIDA            |
| Número total de participantes                 | 90                            |
| Carga horária total                           | 2h30 (duas e meia) horas-aula |
| Período de realização                         | 27 de maio de 2024            |
| É capacitação para desenvolvimento gerencial? | Não                           |

## 7. MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)

A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

**7.1** A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP nº 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, bem como pelos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, devendo ainda ser observado o seguinte:

**7.1.1** A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá ao (à) Escola Judicial, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação,

recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)

**8.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar o pagamento da fatura vincenda no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:  
[https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN\\_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing))

b) **A CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação, que caracterizará **o recebimento definitivo**.

c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal **com ateste**.

d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (Correlação com Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)

A indicação da profissional foi feita pelo corpo Diretivo desta Escola Judicial.

### **9.1 Enquadramento legal**

Trata-se de contratação da advogada Maíra Santana Vida, palestrante sobre o tema em questão, sendo necessário o enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso III, alínea f, do art. 74 da Lei n. 14.133.

### **9.1.1 Da inviabilidade de competição**

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados, seja pelo fato de que aquele prestador é o único que atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

### **9.1.2 Da notória especialização**

Maíra Santana Vida é advogada e Co-fundadora do AGANJU- Afro Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica/ Coalizão Negra por Direitos. Professora na ESA- Escola Superior de Advocacia-BA e pesquisadora em Direitos Humanos - eixo centrado em relações raciais, liberdade religiosa, gênero e economia solidaria. Especialista em Currículo de Formação Científica, Tecnológica e Cultural – UNEB. Pós Graduada em Direito Público e Presidente da Comissão Especial de Combate à Intolerância Religiosa da OAB BA. Ex - Assessora Técnica jurídica do Serviço Viver – Atendimento Especializado a Pessoas em Situação de Violência Sexual (2023-2024). Ex - Conselheira Titular do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (2023-2024).

#### **9.1.2.1. Instrutor**

O currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/9475185842116041>) da advogada Maíra Santan Vida, anteriormente mencionado, consta na proposta.

### **9.3. Razão da Escolha**

A profissional indicada tem domínio sobre o tema, objeto do presente TR, conforme comprova o currículo lattes anteriormente mencionado que consta na proposta. Vale ressaltar que a participação da contratada na ação educacional planejada atenderá ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cujo dia Nacional é comemorado em 18 de maio, data instituída pela Lei Federal 9.970/00.

## **10. JUSTIFICATIVA DO PREÇO** (Art.6º, Inciso XXIII, alínea “I”)

**10.1.** O valor total da contratação é de R\$ 1.297,62.

O montante apresentado na proposta orçamentária enviada pela profissional convidada, constitui-se em **valor bruto** que engloba:

- pró-labore pela carga horária de 2h30 (duas e meia) horas-aulas – R\$ 990,00
- cobertura com despesas de deslocamentos terrestres (traslados na cidade de Salvador) – R\$ 100,00
- incidência de impostos e taxas governamentais: R\$ 64,88 (ISS) e R\$ 142,74 (INSS)

No presente caso, o valor constante da proposta orçamentária em anexo, visa a remunerar a profissional pela sua participação de duas e meia horas-aula, traslados na cidade de Salvador, além da cobertura das despesas com impostos e taxas governamentais, estando o valor de cada hora-aula dentro dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino contratados por este Regional com titulação de Graduação (Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428/2014). Dessa forma, cabe ressaltar que se torna externamente vantajoso a contratação de profissional com a qualificação informada pelo valor cobrado.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**11.2** A contratação será atendida pelo seguinte item de execução:

151062024000269 – COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESTÍMULO À APRENDIZAGEM

## **12. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

( ) Não

( x ) Sim - discrimine a seguir:

Não foi exigido material por escrito para a ação educacional proposta.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1** São obrigações do órgão contratante, além daquelas dispostas em lei:

**13.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**13.1.2** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

**13.1.3** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

**13.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

**13.1.5** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

**13.1.6** Sustar a execução do curso caso esteja em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1** São obrigações da contratada, além daquelas dispostas em leis e normas pertinentes:

**14.1.1** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação.

**14.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

**14.1.3** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**14.1.4** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos.

**14.1.5** Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.

**14.1.6** Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022 e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018;

**14.1.7** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação

exigidas na contratação.

## **15. SANÇÕES APLICÁVEIS**

**15.1.** Resguardados os direitos que a Administração têm de aplicar as penalidades legalmente previstas, no caso de inadimplemento parcial ou total do objeto do presente certame serão aplicadas as seguintes multas obedecendo ao disposto na Lei n. 14.133:

**15.1.1.** Inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), por dia de inexecução, incidente sobre o valor do objeto inadimplido. Será considerada inexecução parcial do contrato a prestação do curso com atrasos acima de 30 minutos ou carga horária total inferior a 90% (noventa por cento) do que fora contratada.

**15.1.2.** Inexecução total do contrato: multa compensatória de 1% (um por cento), incidente sobre o valor integral do objeto contratado. Será considerada inexecução total do contrato a prestação do curso com carga horária total inferior a 50% (noventa por cento) do que fora contratada.

## **16. DADOS PARA PAGAMENTO:**

**NOME: MAÍRA SANTANA VIDA**

**CPF: 022.667.245-09**

**BANCO: Banco do Brasil**

**AG: 1803-1**

**C/C: 36772-9**

Salvador, 14 de maio de 2024.

ANA PAOLA  
SANTOS MACHADO  
DINIZ:28241

Assinado de forma digital  
por ANA PAOLA SANTOS  
MACHADO DINIZ:28241  
Dados: 2024.05.15  
10:39:11 -03'00'

**ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ**  
**Desembargadora Diretora da Escola Judicial**  
Integrante Requisitante